



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM REALIDADE BRASILEIRA**

CENIRA ROSA CECHIN SKOREK

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
DE FRANCISCO BELTRÃO/PR COMO ESPAÇO DE LUTA: UMA DÉCADA DO
SINTEP-FB**

LARANJEIRAS DO SUL, PR.

2023

CENIRA ROSA CECHIN SKOREK

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL
DE FRANCISCO BELTRÃO/PR COMO ESPAÇO DE LUTA: UMA DÉCADA DO
SINTEP-FB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Realidade Brasileira da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Especialista em Realidade Brasileira.

Orientador: Prof^o Dr^o Régis Clemente da Costa

LARANJEIRAS DO SUL, PR.

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Skorek, Cenira Rosa Cechin

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR COMO ESPAÇO DE LUTA: UMA DÉCADA DO SINTEP-FB / Cenira Rosa Cechin Skorek, Regis Clemente da Costa. -- 2023.

23 f.

Orientador: Regis Clemente da Costa

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Especialização em Realidade Brasileira, Laranjeiras do Sul, PR, 2023.

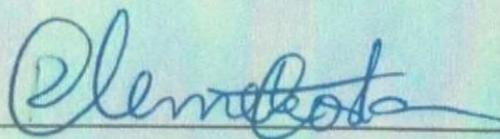
1. Educação. Sindicato. Práxis. Luta. Materialismo Histórico-Dialético. I. Costa, Regis Clemente da II. Costa, Regis Clemente da, orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA
MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR COMO ESPAÇO DE LUTA: UMA
DÉCADA DO SINTEP-FB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Especialização em Realidade Brasileira da Universidade
Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção
do título de Especialista em Realidade Brasileira.

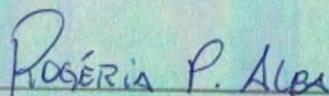
Este Trabalho de Conclusão foi defendido e aprovado pela banca 11/03/2023.

BANCA EXAMINADORA



Prof.º Dr.º Régis Clemente da Costa (UFFS)
Orientador

Prof.º Dr.ª Solange Todero Oncay (UFFS)
Avaliadora



Prof.ª Me. Rogéria Alba (ASSESOAR)
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela vida.

Ao meu marido José e a minha filha Gabriella, pela paciência, espera, companheirismo e por dividir comigo as angústias e vitórias deste processo.

A APP- Sindicato Francisco Beltrão, pelo aprendizado, pela defesa da escola pública e dos trabalhadores em educação.

Ao meu Orientador Professor Régis Clemente da Costa, pela acolhida, solicitude, pelas orientações nesta pesquisa e por ter acreditado na minha capacidade de cumprir esta etapa.

Aos membros da banca, Professoras Solange Todero Oncay e Rogeria Alba pelas valiosas contribuições.

Ao SINTEP-FB por abrir as portas para a pesquisa, na pessoa da Presidenta Professora Lirani Maieski e atualmente o Presidente Professor Adecir Rodrigues da Silva.

Por fim, a todos, que direta ou indiretamente lutaram pela criação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e pelo Curso em Realidade Brasileira (CRB).

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR COMO ESPAÇO DE LUTA: UMA DÉCADA DO SINTEP-FB

Cenira Rosa Cechin Skorek¹
Régis Clemente da Costa²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre os processos educativos no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão – SINTEP-FB e a relação dialética dessa organização representativa da classe trabalhadora, como uma organização que educa e ao mesmo tempo é educada no fazer-se de sua atuação. Apresenta-se a dinâmica do Curso de Especialização em Realidade Brasileira (CRB), um breve histórico da formação sindical do SINTEP-FB e as ações desenvolvidas a partir da luta da categoria. Pretende-se contribuir na formulação de uma base teórico-prática que auxilie na construção da práxis educativa. Destaca-se no contexto da realidade brasileira que estamos vivendo, as experiências da luta do ano de 2022 dos professores municipais de Francisco Beltrão em prol da valorização da categoria. Adotou-se como categoria de análise a relação teoria e prática – práxis - à luz do materialismo histórico-dialético na história da organização da classe trabalhadora. Resultados apontam que a luta de 2022 se expandiu para os demais segmentos da classe trabalhadora quando teve o engajamento dos pais e mães não só no apoio e solidariedade à greve e demais ações, mas também observa-se a prática articulada a teoria, compreendendo as contradições da sociedade, para buscar a transformação da realidade, construída material e historicamente por meio da práxis marxista articulada ao intelectual orgânico em Gramsci.

Palavras-chave: Educação. Sindicato. Práxis. Luta. Materialismo Histórico-Dialético

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo estabelecer um diálogo entre os processos educativos no âmbito do Sindicato dos Professores Municipais de Francisco Beltrão – SINTEP-FB e a relação dialética dessa organização que educa e ao mesmo tempo é educada no fazer-se de sua atuação.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação, da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - Campus Erechim- RS. Coordenadora Pedagógica de Pré-Escola e Ensino Fundamental da(o) Escola Municipal Teotônio Vilela EI EF do Município de Laranjeiras do Sul/PR/BR.

² Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestre em Educação (UEPG). Professor Adjunto na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Laranjeiras do Sul/PR/BR.

Aborda, portanto os processos educativos e formativos do movimento sindical, dando ênfase às experiências da luta do ano de 2022 em prol da valorização da categoria. Apresenta-se a dinâmica do Curso de Especialização em Realidade Brasileira (CRB), um breve histórico da formação sindical do SINTEP-FB e as ações desenvolvidas a partir da luta da categoria.

O Curso de Especialização em Realidade Brasileira (CRB) tem com um de seus objetivos:

Formar educadores, técnicos e lideranças para qualificar a atuação junto às escolas e organizações sociais, contribuindo na formulação teórica e prática, a partir da realidade concreta que estão inseridos; Nessa perspectiva busca viabilizar a formação científica na formulação de uma base teórico-prática que auxilie na construção da práxis educativa de educadores/as das escolas públicas, educadores/as populares, lideranças dos movimentos sociais ou sindicais e populares do campo e das cidades, e profissionais de nível superior, especialmente os atuantes no Sudoeste do Paraná. (UFFS, 2019).

Construído coletivamente, o CRB provoca inquietações acerca de questões que articulam processos de formação envolvendo teoria e prática na área na qual atua. Sendo assim, dentro do CRB foram criados os Núcleos de Base (NBs), os quais tinham entre as funções, a auto-organização, a mística e a relatoria dos encontros presenciais. Posteriormente, e com o conhecimento dos membros da turma, o CRB foi dividido em quatro Unidades de Estudos (UEs) nas quais os profissionais de áreas similares ou afins foram reunidos. A saber: UE Cooperativismo (CREHNOR); UE Cooperativismo (COOPAFI); UE Escola Itinerante Herdeiros do Saber; UE Sindicalismo (SINTEP – FB).

A UE Sindicalismo concentrou seus estudos no SINTEP – FB. Essa Unidade de estudos é formada majoritariamente por sindicalistas, dirigentes, professores e pela Presidente do SINTEP –FB, Lirani Maieski, a qual “abriu as portas” para que o estudo fosse realizado neste sindicato.

Entre as entregas teóricas (aulas) e as reuniões que realizaram-se na UE, construiu-se um plano de ação, com a finalidade de unir o conhecimento teórico e a prática, práxis, aqui entendida conforme a concepção de Marx, em que a prática está articulada a teoria, desenvolvida com e a partir das abstrações do pensamento, compreendendo as contradições da sociedade, para posteriormente, buscar a transformação da realidade “é na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irrealidade do pensamento – isolado da práxis – é puramente escolástica” (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

A partir do método materialista histórico dialético de análise da realidade, de Karl Marx busca-se contribuir para construção de mediações teórico-práticas no que tange aos desafios

presentes com a nova configuração do sindicalismo, mediante as transformações no mundo do trabalho e também estabelecer um diálogo com a filosofia da práxis por meio das contribuições do “intelectual orgânico”. (GRAMSCI, 1999).

Esse processo de mudança contínua da realidade, que se dá a partir de um conflito de contrários é o que Marx chama de materialismo histórico e dialético, ou seja, o desenvolvimento da sociedade acontece a partir das questões materiais envolvidas nesse processo, pois segundo Marx “os filósofos só interpretaram o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de transformá-lo”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 103). Nessa perspectiva Marx reformula o conceito de dialética em Hegel, voltando-o para a sociedade, as lutas de classes vinculadas a uma determinada organização social, surgindo assim, a chamada dialética materialista ou materialismo dialético, que une pensamento e realidade, mostrando as contradições da sociedade em um contexto de luta de classes, diferentes interesses, que geram a contradição.

Nesse interim, buscou-se estabelecer um diálogo entre os processos educativos no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão – SINTEP-FB e a relação dialética dessa organização representativa da classe trabalhadora, através da práxis em Marx, diretamente relacionada ao intelectual orgânico de Gramsci.

2 ALGUNS MARCOS SOBRE A HISTORIA DE LUTA DA CLASSE TRABALHADORA: O SINDICATO

De maneira breve e sem a pretensão de trazer aqui todo contexto histórico que envolve a organização e a luta da classe trabalhadora por meio do sindicalismo, pretende-se fazer um resgate histórico dos principais marcos, conjunturas e transformações do mundo do trabalho e as novas configurações do sindicato frente a esse contexto.

Dessa forma esse breve resgate apresenta alguns pontos centrais da organização da classe trabalhadora: A Revolução Industrial (Europa); A Imigração europeia; A Era Vargas ou Estado Novo; Período nacional desenvolvimentista (1945 e 1964); A ditadura militar e os anos de chumbo (1964 – 1984); O neoliberalismo (crise dos anos 1970); O Novo Sindicalismo.

No primeiro ponto busca-se situar histórica e socialmente o contexto da industrialização e consolidação do capitalismo na Europa a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial (Inglaterra), que significou um salto no desenvolvimento das mudanças produtivas naquele momento. As mudanças nas relações de produção vão engendrar as duas classes fundamentais na formação do capitalismo: a classe trabalhadora (proletariado) e a burguesia (donos do

capital). A partir da luta entre essas duas classes que vamos ter a gênese da organização da classe trabalhadora. (MOLINA, 1999).

Na história da organização da classe trabalhadora até mesmo a Igreja Católica teve participação, quando em 15 de maio de 1891, o Papa Leão XIII escreve uma encíclica falando sobre a condição dos operários – a *Rerum Novarum* – que abordava as questões mais delicadas do relacionamento entre empregado e patrão, como o salário justo, o limite da jornada de trabalho, o trabalho insalubre, o trabalho da mulher e o da criança, assim como o trabalho escravo. (JOÃO XXIII, Papa)

O segundo ponto destaca-se a imigração europeia em um cenário de industrialização brasileira, como descreve Mizubuti (2001),

A segunda metade do Século XIX foi fértil no que se refere à imigração estrangeira, associada ao apogeu da exportação cafeeira e também a uma intensificação da industrialização, ambos os setores tiveram uma forte participação do imigrante na formação da mão-de-obra. Nas cidades do Rio de Janeiro e de Santos, concentraram-se mais fortemente os portugueses, enquanto que em São Paulo, predominaram largamente os italianos. (MIZUBUTI, 2001, p. 03)

Nesse cenário a República foi construída desrespeitando e agredindo violentamente o povo trabalhador. As elites escravocratas continuaram com a mentalidade escravista, sem garantir direitos, considerando os trabalhadores simples objetos de produção e instrumentos de lucros.

O próximo ponto central da organização da classe trabalhadora se deu no período que vai de 1930 a 1945, conhecido na história brasileira como Era Vargas ou Estado Novo. Uma nova etapa na história do movimento operário, especialmente no que se refere aos sindicatos, com uma crescente integração dos sindicatos ao controle do Estado. Como revela Molina (1999):

Isso se dá mais claramente a partir da criação do Ministério do Trabalho, por Vargas, em novembro de 1930. Março de 1931 é publicada a Lei da Sindicalização, que tinha como objetivo submeter a atividade sindical ao controle do Estado. A lei proibia, entre outras questões, toda propaganda ideológica no sindicato. Em 1932 são promulgadas várias leis sociais e trabalhistas, definindo critérios de aposentadoria, jornada de trabalho de 8 horas e proteção ao trabalho das mulheres. (MOLINA, 1999).

Nesse período se consolidam várias garantias sociais com a Consolidação das Leis do Trabalho CLT, que, entre outras coisas, garante a tutela do Estado nas negociações entre empregados e empregadores. Impedia-se, assim, a formação de uma grande organização de trabalhadores, na forma de uma central sindical. A estrutura era vertical e subordinada ao Estado, que dirigia o funcionamento da organização sindical nos três planos: desde o sindicato,

federação e confederação. A Constituição de 1937 e a CLT, de 1943, confirmam a Lei de Sindicalização de 1931. (MOLINA,1999).

O quarto ponto central na organização e luta da classe trabalhadora ocorreu entre 1945 e 1964, período conhecido como nacional desenvolvimentista, em que o Estado se associa ao grande capital internacional para ampliar as bases da industrialização e da expansão ao interior. Um projeto nacional de infraestrutura para a consolidação do modo de produção capitalista baseado na indústria. Cresce, com isso, a importância da classe operária, principalmente nos grandes centros, tendo o ABC em São Paulo como seu núcleo mais dinâmico. Mesmo com a chamada redemocratização, os instrumentos de controle e repressão permaneceram.

No contexto nacional-desenvolvimentista, a classe operária e o trabalho nas fábricas assumem um protagonismo que tem como desdobramento a maior influência dos sindicatos operários e urbanos como força política de vanguarda nas lutas e movimentos políticos, principalmente no início dos anos 1960.

Em 1964, com o golpe executado pelos militares, seria aprendida uma lição pelo movimento sindical pós-ditadura militar, que as direções não podem substituir as massas, ao contrário, só o movimento concreto da classe pode garantir conquistas e poder político.

Após 1965, o movimento sindical praticamente desaparece, foram os anos de chumbo que se abateu sobre o Brasil de 1964 a 1984.

Com a crise dos anos de 1970/80 e a ascensão do neoliberalismo pelo mundo (Thatcher – Inglaterra; Reagen – EUA; H. Kohl – Alemanha) e no Brasil com Collor e Fernando Henrique Cardoso, inicialmente houve crescimento econômico e desenvolvimento, no entanto, no início da década de 1990 muitos países entram em crise econômica e social, inclusive o Brasil. Essa concepção neoliberal partia do princípio de que o mercado deveria servir como base para organização da sociedade, nesse sentido, propõe a retirada do Estado da economia (Estado mínimo); a abertura da economia e a privatização das estatais, além do combate ao poder dos sindicatos.

Novos padrões de gestão de aparatos produtivos passaram a se constituir, especialmente a partir do final dos anos 1980. A rápida abertura comercial, desregulamentação econômica e atração de capitais externos foram a tônica da opção de sucessivos governos de orientação neoliberal, a partir de Fernando Collor de Mello (1990- 1992). (AQUILES, 2011, p. 7).

No início da década de 1980 precisamente nos anos 1981 a 1983, o movimento sindical buscou construir um projeto político que unificasse as lutas e superasse a estrutura herdada do Vargasismo e aprofundada na ditadura. Como destaca Boito Jr. (2000),

O movimento sindical contemporâneo no Brasil tornou-se “herdeiro” de um cenário bastante complexo, em que predomina a sobreposição de temporalidades distintas materializadas na “velha” estrutura sindical varguista e em “novas” caracterizações da realidade do trabalho. Diante disso, é possível apontar para elementos do sistema burocrático legal forjado na década de 1930 que concorrem para dificultar a organização sindical num contexto de fortes mutações no mundo do trabalho (BOITO JR., 2000, p. 12).

Em 1983, Central Única dos Trabalhadores - CUT - viria a se constituir na primeira central sindical independente, com a proposta de lutar pela organização da classe trabalhadora; pelo fim da estrutura sindical atrelada ao governo e aos patrões; pela construção de uma Central Única dos Trabalhadores; por eleições democráticas de Cipas; por salário igual para trabalho igual, pelo contrato coletivo de trabalho, pela criação do salário-desemprego e pelo direito de greve.

No ano de 1984 - Os sindicatos ligados à CUT começam o ano participando de manifestações em várias partes do país pela eleição direta para presidente da República. É a campanha das "Diretas Já".

Em 1988 com a redemocratização do país, a Constituição Federal de 1988 destaca no seu Art. 8º (...) “III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”. (BRASIL, 2016).

Por fim, após o impacto dos anos neoliberais alguns fatores políticos e econômicos contribuíram para revigorar o sindicalismo no Brasil. Durante os mandatos do governo Lula (2003-2010), o movimento sindical recuperou-se da década neoliberal, no entanto não se revigorou a ponto de obter mudanças estruturais que pudessem fortalecer os sindicatos e os trabalhadores e se manteve no estreito limite do sindicalismo de Estado e sindicalismo de parceria. (CORREIA, 2020).

Com as mudanças de governos, modelos econômicos e políticos, a lei de sindicalização e a redemocratização do país foram fatores determinantes e que interferiram na organização dos trabalhadores e também influenciam a dinâmica da educação sindical. Nessa perspectiva não há como pensar a organização da classe trabalhadora assalariada sem pensar em sindicatos e buscar interpretar a realidade a partir do materialismo histórico e dialético, sendo assim, um dos desafios de se construir a luta é partir de movimentos de interpretação da realidade, com o objetivo de compreendê-la para transformá-la.

2.1 O SINDICALISMO DOCENTE: O SINTEP-FB E A LUTA PELA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL POR MEIO DA PRAXIS MARXISTA E DO INTELLECTUAL ORGANICO EM GRAMSCI

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles que escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram. MARX (2011, p. 25-26).

Ao escrever essa celebre frase citada acima, Marx deixa claro a ideia inicial de que são os homens que fazem sua própria história, no entanto diante das contradições entre as relações de produção e as forças produtivas da sociedade, não a fazem de livre e espontânea vontade. Nesse sentido introduzem uma nova visão da história, que trouxe para o centro do debate a atividade prática, o trabalho, a práxis, e as relações objetivas, materiais, reais, dos homens com os outros homens e com a natureza. (VILLAR, 1983).

Nessa perspectiva, o diálogo entre os processos educativos no âmbito do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão – SINTEP-FB e a relação dialética dessa organização representativa da classe trabalhadora, como uma organização que educa e ao mesmo tempo é educada no fazer-se de sua atuação, nos remete ao conceito de práxis entendida como o fazer-se da própria história para a consecução dos seus propósitos e suas necessidades.

Com relação a problemática de quem educa o educador, essa preocupação é histórica, vem de longa data e tem relação teórica com a Tese III de Marx sobre Feurbach que destaca “A teoria materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado”. (MARX; ENGELS, 2001, p. 100).

No decorrer da história sindical no Brasil a prática educativa sempre esteve presente, porém esse processo se faz e se refaz de acordo com as influências sofridas. Nessa perspectiva é essencial que o profissional da educação se reconheça enquanto intelectual orgânico, pois segundo Gramsci, “O intelectual orgânico se faz ativo na sociedade, atuando na sua organização, como agente político, social e como organizador da cultura. Ele vai além da sua função meramente de especialista, tornando-se dirigente político”. (apud COSTA, p. 237).

Dada sua importância fundamental, nesses tempos em que observa-se o desmonte da educação pública e o ataque direto aos direitos dos trabalhadores, a discussão a respeito da formação política e da educação dos trabalhadores não é nova na história dos movimentos populares, especialmente do movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, “considera-se a

necessidade de os intelectuais orgânicos, ligados à classe proletária, elaborarem e organizarem as experiências junto à classe trabalhadora, unindo teoria e prática, ação revolucionária e ação intelectual, que se traduz na filosofia da práxis”. (COSTA, 2019, p. 244).

A prática educativa dentro do movimento sindical é intrínseca, não há como dicotomizar o fazer educativo das ações sindicais, pois o ato educativo encontra-se presente nas práticas cotidianas sejam elas nas ações de massa ou no devir das ações cotidianas, para Manfredi (1996, p. 24) a educação sindical se configura como:

aquelas práticas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo, os congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras, etc.[...] Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores – a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro e cinema, etc. (MANFREDI, 1996, p. 24).

Nessa perspectiva, assevera-se que os sindicatos exercem importante papel de representação em diversos âmbitos da sociedade para garantia de direitos e de formação da classe trabalhadora. Entre as principais responsabilidades dos sindicatos estão a negociação de acordos coletivos, intervenção legal em ações judiciais e orientações sobre questões trabalhistas. Além dos interesses coletivos no âmbito profissional, as entidades sindicais também se preocupam com a condição social dos trabalhadores enquanto cidadãos.

A educação no sindicalismo está presente tanto na luta, nas mobilizações, ações coletivas, quanto na formação programática. Dessa forma a teoria e a prática coexistem e, são portanto, indissociáveis. Com relação a práxis Gramsci (2001) destaca: “a práxis é efetivada a partir das ações do intelectual orgânico, como um sujeito concreto, que, inserido em sua realidade social, atua para modificar o ambiente, a vida societária, suscitando novas maneiras de pensar e agir com a finalidade da transformação social”. (apud COSTA, p. 237).

Com esse propósito foi criado, no ano de 2012, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Francisco Beltrão – SINTEP - FB. Até o ano de 2012, os Professores da Rede Municipal de Francisco Beltrão eram associados no Sindsem (Sindicato dos Servidores Públicos de Francisco Beltrão), como destacado na Ata nº 02 da figura abaixo:

No decorrer da caminhada sindical foram realizadas reuniões para organização, estudo e readequação do Plano de Cargos, Carreira, Valorização e Remuneração dos professores da Rede Municipal de Ensino, sendo aprovada primeiro a readequação do Plano de Carreira, os professores de CMEIS que até então tinham como nomenclatura Educadores Infantis passaram a serem chamados de Professores da Rede Municipal. O Piso Nacional Salarial destes professores foi atualizado conforme lei, igualando o que anteriormente era desigual entre a categoria.

Outra grande conquista do SINTEP - FB foi a criação do Plano de Cargos, Carreira, Valorização e Remuneração dos Professores da Rede Municipal de Ensino (PCCVR), de Francisco Beltrão, conforme Lei n° 4260, de 21 de novembro de 2014.

Art. 1º Este Plano de Cargos, Carreira, Valorização e Remuneração do Magistério Público do Município de Francisco Beltrão - PR (PCCR) destina-se a organizar os cargos de provimento efetivo do quadro do magistério municipal, com a finalidade de assegurar a continuidade da ação administrativa e a eficiência do serviço público, estabelecendo e disciplinando as regras concernentes às carreiras de seus integrantes.

Art 2º Integram o Quadro do Magistério Público Municipal de Educação Básica os Profissionais da Educação atuantes na Rede Municipal de Ensino que exercem docência na função de professor junto ao Magistério Público, abrangendo a Educação Infantil - Creche, Educação Infantil - Pré-escola e o Ensino Fundamental Básico em suas diversas modalidades, conforme disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96). (FRANCISCO BELTRÃO, Lei n° 4260/14).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), no art. 67 (Lei n° 9.394/1996) estabelece que estatutos e planos de carreira devem garantir o ingresso no magistério por concurso público, o aperfeiçoamento profissional, inclusive com licença remunerada, o piso salarial, a progressão na carreira baseada na titulação e na avaliação de desempenho, uma carga de trabalho que contemple período reservado a estudos, planejamento e avaliação, além de condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

Em âmbito nacional no ano de 2008 obteve-se a criação do Piso Nacional dos Professores por meio da lei n° 11.738, de 16 de julho de 2008, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem como objetivo diminuir as perdas salariais da carreira do magistério bem como “amenizar” as diferenças entre outras profissões.

No município de Francisco Beltrão, foi respeitado a Lei do Piso Nacional do Magistério a todos os professores da rede municipal de ensino até meados do ano de 2018, fruto de governos progressistas, da organização da categoria e da luta sindical.

Com o avanço do neoliberalismo e o desmonte do setor produtivo se agravou ainda mais os ataques a classe trabalhadora e conseqüentemente, aos sindicatos, conseqüentemente, também intensificaram-se pelo mundo as lutas dos trabalhadores.

Com relação ao pagamento do Piso salarial a presidente do SINTEP-FB – Lirani Macieski – explica que

O Plano de Cargos e Salários da categoria determinava o índice do piso salarial para toda a categoria. Mas a partir do ano de 2018 o indicador passou a não ser mais cumprido e em 2020 o artigo que determinava o pagamento do índice foi retirado do plano”. (LIRANI MAIESKI, em entrevista ao Jornal de Beltrão em 08/02/2020).

No ano de 2018 com a posse do governo Bolsonaro, se fortalece o neoliberalismo autoritário e a democracia é ameaçada, já em curso no mandato do presidente Michel Temer (2016-2018) que assumiu a presidência após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Instala-se no Brasil uma crise que afeta a economia, a política e a sociedade em geral. Um discurso repetido por neoliberais alinhados ao governo federal avança como a austeridade fiscal, cortes nos salários, redução do poder de ação do Estado, empreendedorismo e autogestão do trabalhador, além da precarização e flexibilização das leis trabalhistas a partir das reformas aprovadas no governo de Michel Temer.

Nesse contexto, o exercício ou a reivindicação de direitos torna-se um desafio ainda maior. Sob essa lógica as possibilidades de discussão e manutenção de direitos praticamente impossibilita a ação do sindicato.

Alinhado ao discurso neoliberal o prefeito Cleber Fontana (PSDB) que exerce o seu segundo mandato, não abre diálogo com a categoria por meio do sindicato (SINTEP-FB), não cumpre a Lei do piso na sua integralidade, somente é pago o piso para quem está na tabela salarial no magistério (início da tabela), os demais professores recebem como os demais servidores municipais que tem o aumento corrigido pelo INPC, o que causa um grande achatamento na carreira do magistério municipal.

Como destaca Galvão (2003, p. 02), “para os adeptos do neoliberalismo a lei representa a forma de regulamentação do trabalho mais nefasta ao “livre jogo das forças do mercado”, devendo ser descartada ou minimizada.

Para desmontar projetos de transformação e abrir caminho para o neoliberalismo avançar, uma das maneiras encontradas pela gestão municipal foi a de desqualificar as formas de inserção e mobilização da classe trabalhadora por meio dos sindicatos, tentando deslegitimar a organização da categoria. Num primeiro momento tentou cooptar tais movimentos e suas lideranças, indicando gestores para as escolas municipais e também criminalizando os movimentos sociais dizendo que “Não negociam com sindicalistas. Que sindicalistas são “gente ruim de serviço, mas bom de briga”, (Prefeito Cleber Fontana em entrevista para a rádio local, junho de 2022) eliminando assim, qualquer possibilidade de negociação. Desse modo fica claro

a estratégia que os governos neoliberais usam para fragilizar e desmobilizar a categoria, além de cooptar alguns professores e a comunidade.

Assevera-se que é preciso desconstruir essa fala do prefeito com relação ao sindicato. Ademais, destaca-se que o prefeito se negou a negociar com a direção do sindicato e chamou as diretoras das escolas municipais para essa finalidade. O prefeito incorreu numa prática ilegal, porque as diretoras de escolas não têm legitimidade para “representar a categoria”, pois não foram eleitas por processo democrático de escolha da comunidade escolar e sim indicadas pela Secretaria de Educação e/ou pelo próprio Prefeito. Desta forma reitera-se que o sindicato é um instrumento legal de luta que representa os trabalhadores e que os professores são, antes de tudo, professores e se tornam representantes sindicais eleitos pela categoria, com base em procedimentos previstos na legislação brasileira, enquanto o prefeito agiu sob critérios criados por ele próprio, e portanto, ao arrepio da lei.

Atualmente o SINTEP-FB conta com 822 filiados, sendo 546 professores de CMEIS e Escolas da Rede Municipal de Ensino de Francisco Beltrão, 217 professores aposentados da rede municipal e 59 professores do município de Itapejara d'Oeste, onde o SINTEP - FB representa os professores daquela rede de ensino. Enquanto categoria organizada coletivamente o SINTEP – FB tem feito a luta pelo pagamento do Piso estabelecido em Lei e também pela valorização profissional, como destacado na figura abaixo:



Fonte: Jornal de Beltrão, 08 de Fevereiro de 2020.

O SINTEP - FB tem processos judiciais contra a prefeitura por não ter cumprido a Lei n 11.738/08. O processo do ano de 2018, está em fase final no Supremo Tribunal Federal, sendo as decisões favoráveis ao SINTEP - FB. O processo de 2019, está em Curitiba no Tribunal de Justiça aguardando julgamento do recurso do município. O não pagamento do piso nacional no ano de 2020, está em construção de processo.

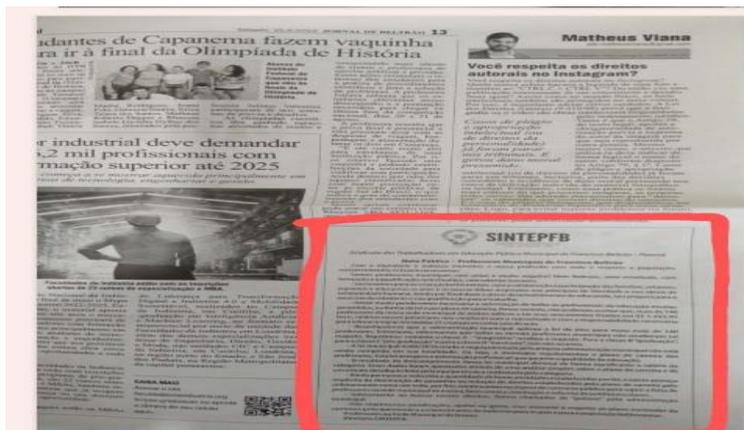
Como registrado na Ata nº31/2018, coletivamente obteve-se conquistas judiciais importantes para os professores como: o processo do Piso dos Educadores Infantis e o processo da Jornada Ampliada de Trabalho (AJT), em que a categoria teve ganho de causa em 2021.

Pelo fato do governo municipal não ter cumprido o pagamento da Lei do Piso nos últimos anos a categoria de Professores Municipais apresenta uma defasagem, até agosto de 2022, de 28,69%.

Em entrevista com a Presidente do SINTEP – FB, Lirani Maieski, ela faz um relato desse período de lutas que vem enfrentando com a gestão municipal durante o ano de 2022.

A assembleia realizada em 08/05/2022 contou com a participação de mais de 250 professores(as), pais e a contadora do SINTEP - FB. Da assembleia ficou definido que a contadora do sindicato vai se reunir com a contadora da prefeitura para analisar as finanças e apresentar uma proposta para a categoria. Momento tenso na assembleia devido a divisão da categoria entre dois encaminhamentos que estavam sendo propostos: 1- Intensificar a paralisação, avançando-se para mais dias, cogitando-se inclusive a possibilidade de greve; 2- Continuar o processo de diálogo e negociação com o poder público municipal, mesmo entendendo que talvez não avance tendo em vista o contexto de fragilização e ataques aos sindicatos e aos servidores públicos e o posicionamento de apoio do governo municipal aos governos estadual e federal. Após grande debate, os encaminhamentos da assembleia foram: 1 - Eleger-se uma Comissão constituída da seguinte forma: A diretoria executiva do Sindicato e mais 03 representantes das/os educadoras/es com objetivo de continuar a negociação com a prefeitura municipal, alinhando-se a partir de 03 estratégias – Mídia/comunicação; Fortalecimento do diálogo com a sociedade, com os pais e com a categoria, nesse sentido buscar estratégias de massificar a comunicação e divulgação (ex. panfletagem), avaliando e elaborando os próximos passos. (LIRANI, entrevista junho de 2022).

Sem apresentar nenhuma proposta ou avanço nas negociações da Comissão com a Administração Municipal, no dia 02/06/2022, os Professores em mobilização ocuparam o segundo piso da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão na tentativa de serem recebidos. Sem êxito, o SINTEP – FB publicou uma Nota Publica sobre a Paralisação dos Professores Municipais de Francisco Beltrão no dia 02 De Junho de 2022, na qual se dirige a categoria e especialmente a comunidade escolar.



Fonte: Jornal de Beltrão, 25/06/2022.

A partir dessa Nota e da mobilização dos Professores houve muitas Cartas de Apoio de várias entidades e no dia 15/06/2022 os Vereadores receberam a Comissão de negociação para apresentar os dados da defasagem salarial e a viabilidade de ser pago o reajuste a todos os níveis da Carreira dos Professores, conforme Lei vigente.

Demonstramos, sem dúvidas que somos cidadãos, trabalhadores públicos, organizados e defendemos não só nossos direitos garantidos por leis, mas daqueles que já foram e estão aposentados e os que serão professores em escolas e universidades. Defendendo o que é de direito, estamos também demonstrando para a população que leis existem para serem cumpridas e que todo cidadão tem direitos e deveres, cumprindo nossos deveres temos direitos garantidos. (Nota Publica /SINTEP –FB).

Nesse contexto, de acordo com a presidente do SINTEP-FB, Lirani Maieski foi solicitado aos vereadores que acompanhem e auxiliem mediando a negociação com a Administração municipal. Contudo, a categoria continuou mobilizada e foram realizados vários atos com a finalidade de informar a população sobre o que vinha ocorrendo. Foram realizadas Aulas Publicas na praça central da cidade, carta aos pais, cartazes nas escolas, panfletagem e adesivaço. Vale destacar que neste período em que a categoria estava mobilizada foram criados 4 grupos de whatsapp para manter a comunicação com os pais, cada grupo com cerca de 250 participantes. A maioria dos pais apoiaram os professores e aderiam a mobilização e luta.

Nesse processo de mobilização e luta organizada dos trabalhadores em educação do município de Francisco Beltrão observa-se a prática articulada a teoria, compreendendo as contradições da sociedade, para buscar a transformação da realidade, construída material e historicamente por meio da práxis marxista articulada ao intelectual orgânico em Gramsci, como destacado.

Para Gramsci, a práxis é efetivada a partir das ações do intelectual orgânico, como um sujeito concreto, que, inserido em sua realidade social, atua para modificar o ambiente,

a vida societária, suscitando novas maneiras de pensar e agir com a finalidade da transformação social. (COSTA, 2019, p. 3).

As mobilizações dos professores da rede municipal de Francisco Beltrão foi constante, no entanto, frente à intransigência da administração municipal, no início do mês de julho não havia ainda nenhum avanço nas negociações e a categoria decidiu em assembleia que as aulas iriam iniciar uma hora mais tarde nos dois períodos (manhã e tarde), nas duas semanas que antecediam o recesso do mês de julho - “Operação Tartaruga” - e que se as negociações não avançassem, não voltariam a trabalhar após o recesso. Com a sinalização de que haveria uma proposta da administração municipal, os professores voltaram ao trabalho no dia 25/07 e foi marcada assembleia da categoria para dia 05/08.

Nesse dia, o SINTEP - FB exigiu a presença de pais e professores para negociar, não somente as Diretoras, pois o prefeito havia dito nos meios de comunicação que “não negociava com sindicalistas”. *“A presença dos pais e professores foi um avanço considerável em relação a última negociação”*, destacou Lirani Maieski, presidente do SINTEP-FB. A estratégia de chamar os pais e mães para a mesa de negociação e a consideração da presidente do sindicato em relação aos avanços na negociação aponta um dado importante em relação à consciência de classe, uma vez que os pais e mães que tem seus filhos matriculados na rede municipal de educação pertencem à classe trabalhadora e além de se solidarizar com a luta dos professores, se juntaram à causa.

A administração municipal destaca novamente o discurso neoliberal dizendo que o país está em crise e cada um deve contribuir com sua parte para o país voltar a crescer economicamente. Nesse sentido, apresentou uma proposta de 2% de reajuste para a categoria, bem abaixo daquilo que estava sendo “negociado” e que posteriormente seria avaliada a proposta do sindicato de fazer mais um “reajuste” no mês de novembro. Diante do quadro de todas as mobilizações realizadas durante o ano e do desgaste da categoria para manter uma mobilização permanente houve o acordo em aceitar a proposta da administração municipal.

O que se observou no movimento sindical do SINTEP-FB durante essa década desde a sua criação, e que se intensificou no ano de 2022, foi sempre a luta pelos direitos dos Professores Municipais de Francisco Beltrão, assim como pela valorização profissional da categoria. Atualmente são visíveis os desafios e enfrentamentos que os sindicatos tem vivenciado nos últimos anos com a tentativa dos governos neoliberais de deslegitimar as lutas e mobilizações da classe trabalhadora. As reformas empreendidas para retirar direitos e precarizar ainda mais o trabalho com as privatizações e terceirizações são reflexos de governos neoliberais que atacam os trabalhadores e os fragilizam a cada dia. Essa nova reconfiguração do mercado de

trabalho apresenta mais um dos grandes desafios dos sindicatos como representantes da classe trabalhadora, para além do enfrentamento a esses governos neoliberais, ainda será o de reconfigurar a luta e a formação da classe trabalhadora.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar da criação dos sindicatos e da experiência do SINTEP –FB nos remete a um histórico de lutas da classe trabalhadora e em questões tanto do mundo do trabalho quanto do mundo político. Em um contexto de ataques aos trabalhadores, fica claro a relevância dos sindicatos na garantia de direitos dos trabalhadores.

Os sindicatos tem seus limites, não são por si só um instrumento de revolução, para abolir a exploração, no entanto se constituem como elementos de regulação do valor da força de trabalho. Por outro lado os sindicatos tem potencial importante, no sentido de desenvolver as potencialidades da classe trabalhadora. Embora com todos os limites, os sindicatos seguem com papel fundamental na organização da classe trabalhadora.

O trabalhador se educa nas lutas, se politiza nos conflitos, se torna sujeito de sua história e rompe a alienação. O sindicato é importante instrumento de educação coletiva. O trabalho coletivo fortalece a luta, empodera os sujeitos e possibilita o avanço nas conquistas pautadas. Diante disso é notório o papel do sindicato enquanto articulador e provocador de todo o processo de organização da categoria. A formação política e a reflexão crítica organiza as ideias e a teoria que se produz da prática das lutas.

No caso específico do SINTEP-FB em suas ações ao longo do ano de 2022, além desse processo formativo oriundo das lutas dos professores contribuir com a formação dos próprios professores, foi possível observar que essa formação se expandiu para os demais segmentos da classe trabalhadora, quando teve o engajamento dos pais e mães não só no apoio e solidariedade à greve e demais ações, mas também como integrantes da comissão de negociação junto ao prefeito municipal. À medida que o SINTEP-FB foi se organizando, fazendo visitas nas escolas e CMEIS, ouvindo e dialogando com a base, com os Pais e a sociedade em geral, houve um grande avanço em relação a luta estabelecida no ano de 2022. Muitas dos avanços nas negociações se deram a partir do engajamento dos profissionais da educação e das famílias envolvidas, direta ou indiretamente na pauta da categoria. Observa-se a prática articulada a teoria, compreendendo as contradições da sociedade, para buscar a transformação da realidade, construída material e historicamente por meio da práxis marxista articulada ao intelectual orgânico em Gramsci.

Nesse sentido, o SINTEP-FB se fortalece enquanto representante da classe trabalhadora e se propõe manter a luta pela conquista de direitos, desenvolvendo ações em conjunto com outros sindicatos municipais.

Em tempos de ataques à luta sindical e criminalização dos trabalhadores por parte de governos neoliberais, dos empresários e até mesmo dos meios de comunicação, a busca por novas estratégias de mobilização são extremamente relevantes e esse envolvimento da classe trabalhadora na defesa das lutas dos professores em Francisco Beltrão configura-se como uma ação a ser fortalecida, uma vez que, quando os governantes atacam os direitos dos servidores públicos também atacam os serviços públicos aos quais os trabalhadores estão diretamente vinculados como sujeitos de direitos.

REFERENCIAS:

AQUILES. Affonso Cardoso. **Estrutura sindical e mundo do trabalho: alguns dilemas contemporâneos do sindicalismo brasileiro.** Revista Perspectivas Sociais Pelotas, Ano 1, N. 1, p. 4-15, março/2011. p. 12

BELTRÃO, Francisco. **Lei nº 4260 de 21 de Novembro de 2014.** Dá nova redação ao plano de cargos, carreira, valorização e remuneração dos professores da rede municipal de ensino de Francisco Beltrão. Diário Oficial. 2014. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/francisco-beltrao/lei-ordinaria/2014/426/4260/lei-ordinaria-n-4260-2014-da-nova-redacao-ao-plano-de-cargos-carreira-valorizacao-e-remuneracao-dos-professores-da-rede-municipal-de-ensino-pccr-de-francisco-beltrao-pr-e-da-outras-provid> Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 24 janeiro 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (1996).** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2023.

BRASIL. Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008. **Institui o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

BADARO. Marcelo. **Novos e Velhos Sindicalismos no Brasil.** Tese de Doutorado/História-UFF, RJ. Texto Impresso, 1998, RJ.

BOITO, Armando Boito JR. **Sindicalismo e política neoliberal no Brasil**. Boitempo editorial, 2000, SP.

CORREIA, Paulo Soares. **O movimento sindical brasileiro nos anos 2000: Revigoração ou revitalização?** / Paulo Soares Correia. – 101 f. 2020.

COSTA, Regis Clemente. A práxis marxista e o intelectual orgânico em Gramsci: a emancipação humana como horizonte. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, BA, v. 11, n. 3, p. 235-247, dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v11i3.33635>

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1. 1999.

JOAO PAULO II, Papa. **Carta Encíclica Laborem exercens** (Sobre o trabalho humano, por ocasião do nonagésimo aniversário da Rerum Novarum). São Paulo: Loyola, 1981.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011. (p. 25-26).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MAIESKI, Lirani. **Sindicato dos Professores quer manter artigo sobre o piso salarial**. Jornal de Beltrão, Francisco Beltrão, 08/02/2020.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MIZUBUTI, Satie. **SOBRE A FORMAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL NO BRASIL E A IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA -1890-1930**. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro. 2001.

MOLINA, Helder. **A luta dos trabalhadores – A organização dos sindicatos e sua participação na construção da democracia e dos direitos sociais no Brasil**. Disponível em: <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/#:~:text=Em%201932%20s%C3%A3o%20promulgadas%20v%C3%A1rias,%20Dsindicalistas%20e%20socialistas%20Danarquistas>. Acesso em: 21 janeiro de 2023.

MOLINA, Helder. **Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil**. Texto para Curso de Formação Sindical, Rio de Janeiro, Sindpd/RJ, 1999.

MOLINA, Helder. **Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: Uma análise da política nacional de formação da CUT**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2003.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROLLEMBERG, Denise. **Movimento Sindical no Brasil**, Mimeo, 1998, RJ.

SEGATTO, Jose A. **História do Movimento Sindical no Brasil**. Mímeo, 1990, RJ

SILVA. Donizetti Aparecido da Rosa da Silva. **Departamento de Formação Sindical**. Curitiba, 13 de fevereiro de 2017. Donizetti Aparecido Rosa da Silva Presidente do SINDISEAB - Gestão 2016-2019 Geraldo Carvalho de Oliveira Secretário do SINDISEAB - Gestão 2016-2019. Disponível em: <http://www.sintetufu.org/historia-do-sindicalismo/> Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

SOUZA. Donaldo Bello; SANTANA, Marco Aurélio; DELUIZ, Neise. **Trabalho e educação: centrais sindicais e reestruturação produtiva no Brasil**. Editora Quartet. Páginas 196. 2000

UFFS. Universidade Federal da Fronteira Sul. **Especialização em Realidade Brasileira (Segunda Edição)**. 2019. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/especializacao/especializacao-em-realidade-brasileira-segunda-edicao/apresentacao-do-curso-de-especializacao-em-realidade-brasileira> Acesso em 20 de janeiro de 2023.

VILLAR, Pierre. “Marx e a história”, in Hobsbawn, Eric (org), “História do Marxismo”, Vol. I (“O marxismo no tempo de Marx”). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
<https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/atualidades-vestibular/o-que-sao-e-como-funcionam-os-sindicatos-no-brasil/>
<https://www.smetal.org.br/imprensa/cronologia-sindical/20140411-170939-u402>